

Entre História e Folclore: reflexões sobre a (re)construção da identidade fluminense nas décadas de 1940 e 1950.

Rui Aniceto Nascimento Fernandes¹- PPG-PUC-Rio

A década de 1940 é um marco na história do Estado do Rio de Janeiro. Neste período estruturou-se o amaralismo, projeto que visava a recuperação política e econômica do estado através do incentivo à agro-indústria fluminense. Esse grupo direcionou as políticas públicas estaduais pelas décadas seguintes e era formado por intelectuais/políticos que participavam das inúmeras agremiações literárias da antiga capital fluminense. O programa de ações levados a cabo por esse grupo levava ao resgate histórico e a valorização das consideradas tradições culturais locais, o folclore. Nosso objetivo, nessa comunicação, visa analisar o lugar da história e do folclore nas reflexões intelectuais e nas políticas públicas fluminenses entre os anos de 1940 e 1950.

Uma Idade do Ouro perdida: a defesa de uma vocação agrária.

Durante o período do Estado Imperial brasileiro a província do Rio de Janeiro ocupou um lugar de destaque no cenário político e econômico. O café do Vale do Paraíba tornou o Rio de Janeiro o sustentáculo das finanças públicas e a aristocracia formada então ocupou cargos-chaves na administração do período. Por outro lado, a segunda principal atividade econômica fluminense, o açúcar, reestruturou-se atendendo o mercado interno e alicerçando o grupo político do norte fluminense.

A conjuntura das últimas décadas monárquicas minaram a base da estrutura agrária e do poder da aristocracia fluminense. Instaurada a República os fluminenses foram

secundarizados da direção política do novo regime. A crise econômica foi acompanhada de um esfacelamento da elite política local.

A Primeira República foi marcada pela ausência de unidade política no Estado do Rio de Janeiro. Apesar da hegemonia de Nilo Peçanha não havia um grupo político coeso o suficiente que implementasse um projeto de recuperação econômica do estado e que traçasse estratégias de ações política visando o reestabelecimento da antiga situação provincial na esfera da política federal. Os projetos de reformas na estrutura econômica do estado do Rio de Janeiro propugnavam a manutenção da sua “vocação agrária”, pretendia-se a diversifica o agrícola visando o mercado interno, em substitui o dos modelos monocultores de exporta o.ⁱⁱ

Desde os primeiros momentos da República foi diagnosticada a perda do lugar político e econ mico fluminense no cenário nacional e surgia um discurso da necessidade de se resgatar essa *Idade do Ouro*.ⁱⁱⁱ

O quadro fluminense dos anos de 1930 não possuía muitas diferenças. Apenas com a implementa o do Estado Novo e com a indica o de Ernani do Amaral Peixoto, em novembro de 1937 surgiram condi es para implementa o de um projeto de revitaliza o política e econômica do estado.

A historiografia que analisou o projeto amaralista para o estado do Rio de Janeiro afirma que, entre 1937 e 1945, Amaral Peixoto implementou um projeto de recupera o econômica, baseado no agro-fluminense.^{iv} O governo investiu na cria o da infra-estrutura que viabilizasse a reestrutura o das atividades agrárias, reafirmando assim a sua “voca o agrária”. Seu projeto modernizador incluía ainda a reforma administrativa e financeira do governo estadual. O interventor constituiu um grupo político alicerçado no interior do estado que lhe permitiu o controle da política estadual nas década seguintes.^v

Observamos assim uma continuidade em todas as sete primeiras décadas republicanas. Os projetos políticos de a o na esfera econômica priorizaram o agro-fluminense. Até mesmo

as iniciativas industrialistas de Amaral Peixoto eram incentivadas para o atendimento da estrutura agro-pastoril do estado.

Nas décadas de 1940 e 1950 reafirmava-se que a recuperação do lugar fluminense no cenário nacional seria possível a partir da recuperação do campo e com o fortalecimento de uma liderança, Amaral Peixoto, cujo a força era o interior do estado.

A defesa dos valores rurais nos anos de 1940 e 1950.

Os trabalhos de Cesar Honorato e de Silvia Pantoja de Castro, sobre a interventoria de Amaral Peixoto e o amaralismo nos anos de 1950 analisam o tema sob um recorte político-econômico. Lidando com dados numéricos-estatísticos e com a reconstrução da rede de sociabilidade política formulada nos anos de 1940, os autores demonstram a constituição de um projeto político-econômico alicerçado no interior fluminense e que priorizava a recuperação do agro-fluminense. Esse projeto político estava em consonância com os ideais defendidos pela intelectualidade fluminense, materializada em suas agremiações, a Academia Fluminense de Letras, a Academia Niteroiense de Letras, o Cenáculo Fluminense de História e Letras, o Museu Antônio Parreiras e as Faculdades, das décadas de 1940 e 1950.

Ao assumir a interventoria Amaral Peixoto congregou um conjunto de “homens de letras” que, através de sua atuação na administração do estado, pretendiam (re)construir a identidade fluminense. Esse projeto era alicerçado nos valores interioranos-rurais, seguindo a tida “vocaçãõ” do estado, e implementados a partir dos departamentos de educação e cultura da administração pública.

Logo após tomar posse no governo estadual, Amaral Peixoto realizou uma reforma administrativa criando diversas secretarias e novos departamentos estaduais. Entre estes encontramos a Secretaria de Educação e Saúde que ficou responsável por implementar os projetos varguistas no campo da educação e saúde em território fluminense.^{vi} Podemos

observar que o projeto cultural-educacional da nova secretaria procurava formar um novo homem fluminense, que promovesse o desenvolvimento do estado sem esquecer as suas raízes, a sua identidade rural. O Departamento de Educação, sob direção de Rubens Falcão, realizou uma série de reformas nos programas escolares onde buscava-se associar aos saberes citadinos-formais os conhecimentos rurais.^{vii} Foram criados os clubes agrícolas em todas as escolas estaduais.^{viii} Na Escola Normal foi instituído o ensino de técnicas agrícolas para as futuras professoras.^{ix} Criaram-se iniciativas que priorizaram o campo como as Escolas Típicas Rurais.^x Enfim, investir em um programa de educação rural era importante pois, segundo Amaral Peixoto, a educação e as escolas rurais não deveriam ter um caráter

de simples escolas alfabetizantes, por isso que se destinavam a um papel de maior transcendência – *o de formação dos nossos futuros homens do campo sob todos os aspectos – técnico, moral, físico e intelectual – incutindo-lhes o amor patriótico ao seu habitat ao mesmo tempo que lhes dariam os conhecimentos indispensáveis ao trabalho do engrandecimento nacional* a que se dedicam, tirando-lhes, por outro lado, a concepção hereditária em que vivem – de colonos dentro da sua própria terra^{xi} (grifos meus).

Uma outra iniciativa da administração estadual do período que demonstra seu investimento na formação de um novo homem fluminense identificado com os valores interioranos foram as Missões Culturais, ocorridas entre 1944 e 1945. As missões eram “verdadeiras bandeiras de penetração”, nas palavras de Rubens Falcão, onde seus membros procuravam conhecer as realidades das populações interioranas e transmitiam-lhes inovações que lhes permitissem modernizar suas formas de vida: palestrava-se sobre hábitos de higiene, novas técnicas de pesca e agricultura e elementos de instrução formal.^{xii}

Esse projeto de afirmação de uma identidade fluminense alicerçada no campo teve desdobramentos e continuidades na década de 1950. Neste momento, as Missões Culturais foram retomadas sob o nome de *Missões Educacionais*, por exemplo.

Folclore e história: entre interesses intelectual e projetos políticos para a construção da identidade fluminense.

Em minha dissertação de mestrado pude observar uma verdadeira simbiose entre os ideais defendidos pela intelectualidade fluminense e o projeto político em voga no estado do Rio de Janeiro nos anos de 1940 e 1950.^{xiii} O mundo das letras e mundo da administração estadual possuíam perspectivas muito próximas. Inúmeros membros do corpo burocrático de Amaral Peixoto pertenciam as agremiações culturais da antiga capital fluminense, Niterói. Por outro lado muitas das iniciativas desenvolvidas por essas instituições obtinham apoio oficial do governo estadual. Isso ocorria devido a que ambos possuíam os mesmos objetivos: resgatar o lugar do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional. Para tal era evocado um passado de glórias a ser resgatado – a Velha Província era uma imagem sempre presente nos discursos do período – e a valorização das manifestações culturais tipicamente regionais, como sendo a base da identidade local. História e folclore eram temas centrais para a intelectualidade fluminense de então.

Em 12 de janeiro de 1950 ocorreu a cerimônia de instalação da Comissão Fluminense de Folclore, no Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Essa comissão local fazia parte do projeto de constituição de uma rede de abrangência nacional da Comissão Nacional do Folclore, criada em 1947.^{xiv} Essa organização visava desenvolver a valorização das consideradas manifestações populares, o folclore, estabelecendo um plano de ação para registrá-lo, preservá-lo de seu desaparecimento e difundi-lo, especialmente, na escola. Objetivava-se criar mecanismos dos governos que os auxiliassem a alcançar seus objetivos. Por outro lado, buscava-se constituir o folclore como uma disciplina acadêmica, como um campo de estudos definido no seio das ciências humanas e sociais.^{xv}

Compartilhando desses objetivos, a Comissão Fluminense possuía especificidades em decorrência dos interesses dos seus membros. Para esses o folclore era um mecanismo de

afirmação e manutenção da identidade fluminense. Entre 1952 e 1955, durante a gestão de Luiz Palmier, a CFF chegou a contar com trinta e cinco membros sendo um grande número de pessoas que exerciam funções na administração estadual do período, além de inúmeros integrantes das agremiações culturais niteroienses. Destes 22 (62%) possuíam cargos na administração estadual, 15 (42%) pertenciam às agremiações culturais de Niterói.

Entre 1950 e 1961, a Comissão Fluminense de Folclore foi representada no Congresso Internacional de Folclore e nos Congressos Nacionais de Folclore ocorridos nessa década^{xvi}; realizou a comemoração do dia do Folclore em todas as escolas do estado e, na capital, com uma programação especial que envolveu a Sociedade Fluminense de Fotografia e a Academia Fluminense de Letras, em 1950; organizou a revista *Folclore Fluminense*, inseriu o tema nos debates da Faculdade Fluminense de Filosofia, que, em 1954, desenvolveu o *Ciclo de Estudos Fluminense*, obteve do governo estadual, em 1953, o Convênio de Proteção e Pesquisas do Folclore Fluminense.

O folclore era parte importante do interesse intelectual desse grupo pois era um dos meios para se refletir sobre as especificidades locais, para se valorizar o Estado e para se definir uma identidade fluminense. A análise dos exemplares de Folclore Fluminense permite-nos observar que as manifestações consideradas populares, base da identidade da região, eram, em sua maioria, de regiões do interior do estado. A zona rural era assim considerada o cerne da fluminensidade.^{xvii}

Durante a realização dessa pesquisa pude observar que inúmeros folcloristas interessavam-se pelos assuntos históricos, construindo a história de seus municípios ou biografando fluminenses ilustres.^{xviii} Algumas publicações do período demonstram como a história era valorizada enquanto um discurso que permitia constituir a identidade fluminense.

^r Alberto Ribeiro Lamego elaborou sua teatrologia O Homem e o Brejo, o Homem e a Serra, o Homem e a montanha e o Homem e a Guanabara, nas décadas de 1940 e 1950. No mesmo período em que Myrtaristides Toledo Piza, escrevia sobre Itaocara, Luiz Palmier escreveu uma história de São Gonçalo, além de responder por uma coluna histórica em *Letras Fluminenses*. No campo das biografias encontramos a do ex-presidente do estado Maurício de Abreu, de Luiz Palmier, a do poeta Bernardino Lopes, do também poeta Renato de Lacerda.

Nesse período a *Revista da Academia Fluminense de Letras* publicava os elogios biográficos dos patronos de suas cadeira e outras conferências que possuíam forte base histórica. O jornal *Letras Fluminenses*, criado em 1950, manteve até 1952 a coluna *Nossa Terra, Nossa Gente* em que Luiz Palmier traçava o histórico de algumas regiões fluminenses. O *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, publicação do Diretório regional do IBGE, publicava pesquisas de cunho histórico-geográfico. O mesmo Diretório, desde a década de 1940, realizava concursos monográficos com motivos municipais que visava a construção das histórias municipais.^{xix}

Na elaboração das histórias dos municípios fluminenses visava-se valorizar a pequena pátria no conjunto fluminense, construindo, contudo, uma memória de glórias que tinham como referências o período imperial.

Nesses discursos narrativos eram utilizados outros dados de outras matizes que não a histórica. Descrevia-se os aspectos geográficos do local, as potencialidades de exploração mineral e utilização desses elementos para a promoção do desenvolvimento local. Arrolava-se os dados estatísticos do município: população, receita e despesas, participação municipal na receita estadual, números dos estabelecimentos de ensino, de indústrias etc. Vinculava-se biografias dos vultos locais. A associação desses elementos aos dados do passado visavam apresentar o local. Descrever o processo histórico local objetivava apresentar criar uma imagem de pujança desta localidade ao longo da história e que essa situação atingia o seu ápice no momento em que escrevia; daí a divulgação das potencialidades de exploração dos aspectos geográficos locais e, através dos números, diagnosticar a “saúde” e prosperidade financeira do município em questão.

Neste sentido as investigações folclóricas e históricas realizadas nas décadas de 1940 e 1950 visavam (re)construir a identidade fluminense. Folclore e história eram meios de análise e discursos que visavam apresentar a identidade local, identificada com os valores rurais que tiveram seu apogeu na Velha Província.

ⁱ Doutorando em História pela PUC-RJ, pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade da UERJ-FFP.

ⁱⁱ Cf. Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da Idade de Ouro**: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. E o livro organizado pela mesma autora **A República na velha província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989

ⁱⁱⁱ Paulino Soares de Souza Neto assim se referia sobre a situação do estado no início da República: “Estávamos aqui acostumados a contemplar, com a nostalgia imponente da saudade das cousas que não voltam, a *idade de ouro* do nosso passado político e econômico transcorrido no Segundo Reinado. O império era como um paraíso perdido de riquezas materiais e morais (...) que deveria ser recuperado. Paulino Neto. O espírito ideológico de Feliciano Sodré. In: Manoel Bastos Leite. O estado do Rio e seus homens. *Apud.* Marieta de Moraes Ferreira, *op. cit.*, p. 15-16.

^{iv} Cf. Sílvia Castro. **Amaralismo e Pessedismo Fluminense**. Tese (Doutorado em História). UFF, Niterói, 1995. Da mesma autora. **Raízes do pessedismo fluminense**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. César Teixeira Honorato. **O novo Estado no Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 1987.

^v Amaral Peixoto governou o estado pela segunda vez, já como governador eleito, entre 1951 e 1954. Seus sucessores, Edmundo Macedo Soares (1947-1950) e Miguel Couto (1955-1958) foram eleitos com seu apoio.

^{vi} Sobre essa temática ver entre outros, Simon Schwartzman *et alii*. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/Edusp, 1984; Ângela Gomes. **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000; Helena Bomeny (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

^{vii} Rubens Falcão. **Novos caminhos na educação fluminense**. Niterói: Imprensa Oficial, 1946, p. 64

^{viii} Os clubes recebiam sementes, ferramentas e animais para desenvolver nas escolas hortas e pequenos criadouros.

^{ix} Rubens Falcão, *op. cit.*, p. 93-94.

^x Segundo um documento oficial “a principal tarefa [das Escolas Típicas Rurais] não era, pois, transmitir conhecimentos desta ou daquela matéria, mas sim levantar o espírito do campônio, entusiasamá-lo, mostrar-lhe que ele é capaz de viver uma vida melhor em sua própria terra”. Ela tinha a finalidade “cívica e nacionalista de despertar em seus alunos sentimento de brasilidade, ensinando-lhes a amar as coisas de seu país e respeitar seus grandes homens”. Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. **As Escolas Típicas Rurais**. Suas finalidades. Seu funcionamento. Niterói, 1945. Mimeo. p. 2 (CPDOC/FGV. EAP.45.04.05 int.). artigos 6 e 12 respectivamente.

^{xi} Amaral Peixoto, 1938. *Apud.* Rubens Falcão, *op. cit.*, p. 23.

^{xii} *Idem*, p. 129. Cf também Martha Hees. **As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

^{xiii} Rui Aniceto N. Fernandes. **Construindo o Folclore Fluminense**: Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro (1949-1961). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

^{xiv} A Comissão Nacional de Folclore fazia parte do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, agência brasileira da UNESCO, sediado no Palácio do Itamaraty.

^{xv} Luís Vilhena. **Projeto e missão**. O movimento folclórico Brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

^{xvi} Neste período foram realizados quatro Congressos Brasileiros de Folclore (Rio de Janeiro-1951, Curitiba-1953, Salvador-1956, Porto Alegre-1959) e o Congresso Internacional de Folclore (São Paulo-1954).

^{xvii} Foram publicados dois números de Folclore Fluminense, um em 1953 e outro em 1954.

^{xviii} Alberto Ribeiro Lamego elaborou sua teatrologia O Homem e o Brejo, o Homem e a Serra, o Homem e a montanha e o Homem e a Guanabara, nas décadas de 1940 e 1950. No mesmo período em que Myrtaristides Toledo Piza, escrevia sobre Itaocara, Luiz Palmier escreveu uma história de São Gonçalo, além de responder por uma coluna histórica em *Letras Fluminenses*. No campo das biografias encontramos a do ex-presidente do estado Maurício de Abreu, de Luiz Palmier, a do poeta Bernardino Lopes, do também poeta Renato de Lacerda

^{xix} Cf. Rui Fernandes, *op. cit.*, especialmente capítulo III.